

*O Estado de São Paulo,
Segunda-feira, 25.2.2008*

Custos da vista grossa *MARCELO DE PAIVA ABREU**

Fazer 'vista grossa' tem sólidas raízes na experiência brasileira. Manifesta-se de forma reiterada no nosso cotidiano. Quem tiver dúvidas basta visitar os centros de grandes cidades brasileiras e comparar o que se vê com o que rezam as leis do País. É o império de leis que não colam, viabilizado pela vista grossa universalmente disseminada. O exemplo vem de cima: o próprio presidente prefere fazer vista grossa em relação à disseminação de práticas corruptas no uso de cartões de crédito por membros da sua equipe de governo. Diz que tem mais o que fazer.

Os recentes desdobramentos quanto ao embargo de exportações de carne bovina brasileira para a União Européia (UE) ilustram de forma ainda mais clara quão arraigada é a arte de fazer vista grossa no País. Desde um passado remoto essas ilusões têm sido custosas para a reputação do País. Antes da independência, Portugal comprometeu-se a coibir o tráfico de escravos ao norte do Equador. O Brasil independente, em convenção de 1827, comprometeu-se a suprimir o tráfico em três anos. E, no entanto, durante os 20 anos seguintes o tráfico prosperou até que repetidas humilhações ante à Grã-Bretanha forçassem a sua proibição de fato. Foi um período dominado pela política 'para inglês ver', institucionalização da vista grossa como política de Estado, mal disfarçada como de resistência ao imperialismo.

No episódio da carne bovina, o Brasil, que poderia ter tido atitude inatacável perante os lobbies protecionistas europeus, deixou que o vício da vista grossa levasse o País à humilhação de ser obrigado a reconhecer as grosseiras imperfeições do sistema de controle da saúde animal, após repetidas tentativas de fazer passar como confiáveis informações que se revelaram incorretas e até mesmo falsas.

O Brasil já é o maior supridor mundial de carne bovina e seu potencial como fornecedor de vários tipos de carnes é enorme. A maior parte da carne bovina brasileira é produzida extensivamente e os animais não estão, e nunca estiveram, expostos a riscos associados ao uso de rações contendo resíduos animais. Há grande ironia no fato de que seja na região em que se manifestou a doença da vaca louca - Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE) - que surjam obstáculos à exportação de carne bovina do Brasil, onde nunca se registrou qualquer caso. Os ruidosos pecuaristas irlandeses, em particular, têm retrospecto medíocre quanto à incidência de BSE e aftosa no seu rebanho.

O que abre o flanco para questionamentos quanto à qualidade das exportações de carne bovina brasileira são as ocorrências reiteradas de focos de febre aftosa. Desde 2002, a União Européia vem insistindo com o Brasil na necessidade de implantação de um sistema de rastreabilidade confiável. O sistema deveria estar implantado no final de 2007, mas se verificou que a lista original, de mais de 8 mil fazendas certificadas para a exportação, apresentada pelo governo brasileiro, estava repleta de erros grosseiros. A União Européia limitou o número de fazendas certificadas a 300. Depois de muitas

tretas, tentando fazer passar listas bem mais extensas, o Brasil está no rumo de aceitar a quota proposta... O ministro da Agricultura foi duramente criticado por admitir que frigoríficos haviam exportado carne não rastreada. As críticas seriam justificáveis se tivessem sido acompanhadas de explicações aceitáveis para as 'anomalias' da lista inicial de mais de 8 mil fazendas certificadas. Não é necessário grande intimidade com assuntos pecuários para ter conhecimento da vista grossa endêmica que permitiu a sobrevivência, por longo tempo, do uso de produtos proibidos, como anabolizantes do tipo DES, e do esquentamento de documentação para driblar controles sanitários e impostos.

É natural que os produtores europeus de carne bovina desenvolvam todos os esforços para comprometer a credibilidade de competidores mais eficientes que os ameacem com carne barata e de boa qualidade. Pressões lobistas incluem temas tão diversificados e despropositados quanto trabalho escravo na agricultura e desflorestamento na Amazônia. As acusações mais graves referem-se à aftosa. O uso protecionista de medidas sanitárias não é novo e está fartamente referido na literatura especializada. Ver, por exemplo, o artigo de Arturo O'Connell sobre a febre aftosa publicado em *Desarrollo Económico* 26, abril de 1986, que assinala como exatamente a mesma evidência foi usada, desde a década de 1920, para barrar as exportações de carne argentina para os EUA e permitir o seu ingresso na Grã-Bretanha.

O surpreendente e inaceitável é que se pretenda ser possível convencer agentes econômicos estrangeiros a participar do jogo generalizado de auto-engano que vem caracterizando a ação dos diversos atores na cadeia de fiscalização sanitária da produção de carne bovina. Em vez de vista grossa, precisamos de visão perfeita quanto às mazelas do Sisbov para garantir a restauração da sua credibilidade. É necessário um sistema de incentivos e penalidades que desestimule de forma eficaz a ação predatória de agentes individuais - produtores, frigoríficos, agentes do governo -, em detrimento do interesse coletivo. Teria sido bom ter alcançado isso sem pressões externas e perda de face.

***Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio**